



JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXX | Nº 1327 | de 26/02 a 01/05/2014

➔ **CAMPAÑA DIFAMATÓRIA**

Petrobrás sob ataque



Companhia enfrenta uma campanha difamatória articulada pela mídia e partidos de direita. Objetivo da ofensiva é desestabilizar a empresa e sua gestão estatal com fins eleitoreiros e privatistas.

➔ PÁG. 3

➔ REPAR

Explosão na HRC evidencia ambiente inseguro de trabalho

Mais uma vez o fator sorte impediu que trabalhadores da Repar se ferissem. Uma explosão seguida de incêndio na casa de analisadores da unidade de Hidrotratamento e Reforma Catalítica (HRC) quase atingiu os operadores que estavam na Casa de Controle Local (CCL), há cerca de 10 metros do local da explosão.

O acidente aconteceu às 02h00 da madrugada desta quarta-feira (21). O fogo foi rapidamente apagado pelos petroleiros. Não houve feridos e a casa de analisadores segue interditada.

O impacto da explosão foi sentido na Casa Integrada de Controle (CIC) e também no setor de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Um operador estava no local cerca de meia hora antes do acidente e realizaria uma nova amostragem por volta das 04h00.

Informações obtidas pelo Sindicato dão conta que nas últimas semanas foram registrados vazamentos no local. A principal suspeita é que a explosão tenha sido causada por um cilindro de hidrogênio usado nos analisadores.



Cilindro explodiu e por sorte não feriu ninguém

Prática do abafa
Os gestores da refinaria mais uma vez burlaram o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ao não comunicarem o acidente ao Sindipetro Paraná e Santa Catarina. Tal postura é característica de quem tem algo a esconder.

Investigação
A Comissão de Investigação do Acidente foi composta e o nome indicado pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina foi o do companheiro Claudiney Batista. A primeira reunião aconteceu na sexta-feira (23/05) e houve visita à área para tentar iden-

tificar as possíveis causas da explosão.

Política de (in)segurança
Há muitos anos os petroleiros denunciam a falta de segurança no Sistema Petrobrás. Carência de efetivo próprio, aumento da terceirização, precarização da manutenção, leia-se Procop) são as principais causas apontadas pela categoria. Cobranças pelo aumento da produtividade a qualquer custo deixam o cenário ainda mais grave. Petroleiros reivindicam mudanças profundas e urgentes na política de SMS.

Aberto o processo para eleição de representantes dos trabalhadores na CIPA da Repar

Uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) deve estar comprometida de fato com a saúde e a segurança dos trabalhadores. É um ambiente de disputa, uma vez que conta com representantes da empresa e de membros eleitos pelos trabalhadores. Por isso, é preciso eleger companheiros(as) para a CIPA que estejam dispostos(as) a trabalhar pela garantia da salubridade dos ambientes laborais e não cedam a pressões dos gestores.

É importante ressaltar o papel do cipeiro nesse momento em que está aberto o processo eleitoral para os membros da Comissão da



Repar. A refinaria vem registrando sucessivos acidentes, como a fatídica explosão da Unidade de Destilação, em 28 de novembro de 2013, que paralisou por quase dois meses a produção da refinaria; e o recente acidente na casa de analisadores da unidade de Hidrotratamento e Reforma Catalítica (HRC).

As inscrições para pleitear uma vaga na CIPA/Repar vão até o dia 08 de junho. O período de votação será entre 11/06 e 02/07.

A CIPA é um espaço de formação, debate e luta pelas tão almejadas mudanças na política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS).

Chapa Unidade e Renovação vai conduzir o Sindicato no triênio 2014/2017



Mesários e fiscais que participaram da apuração dos votos

A eleição do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina aconteceu entre os dias 05 e 09 de maio e o resultado apontou pela aprovação da gestão. A apuração foi concluída ainda na noite do último dia do pleito. A única chapa inscrita recebeu 1001 votos (95,8%). Ao todo, 1045 petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas votaram, o que representou um quórum de 51,1% do universo eleitoral. Votos brancos foram 25 (2,4%). Nulos somaram 19 (1,8%).

A Chapa 1 – Unidade e Renovação - conta com membros da atual diretoria do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, mas tem cerca de 40% de novos integrantes. A nova direção será responsável por conduzir o Sindicato no triênio 2014/2017.

A eleição ocorreu de forma tranquila, sem nenhum registro de tumulto. Seis urnas foram colocadas à disposição dos sindicalizados. Para cada uma delas foram designados presidente de urna e mesários. A maioria das pessoas que se voluntariaram para trabalhar na eleição foi composta por aposentados sindicalizados.

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina agradece a todos que trabalharam na eleição e também aos que participaram e exerceram o direito democrático.

Novo endereço do Posto Avançado da AMS em Joinville

As mobilizações dos petroleiros de Santa Catarina no segundo semestre do ano passado por melhorias na AMS garantiram um acordo e o acompanhamento contínuo dos problemas relativos ao plano de saúde da categoria no estado.

Entre as principais conquistas do pacto está a instalação de um Posto Avançado da AMS em Joinville e a ampliação da rede credenciada de profissionais, clínicas e hospitais.

O Posto Avançado funcionou provisoriamente, desde o final de 2013, em um hotel da cidade, mas a partir do dia 26 de maio passará para um local fixo. Confira o novo endereço.

Posto Avançado AMS Joinville
 Edifício Terraço Center - Rua Mário Lobo, nº 61, Sala 1314 (13º andar), em frente ao Shopping Center Cidade das Flores – CEP 89201-330 – Centro – Joinville-SC
 Telefones: (47) 3406.9855 e 3406.9856
 Rotas: 758.9855 e 758.9856

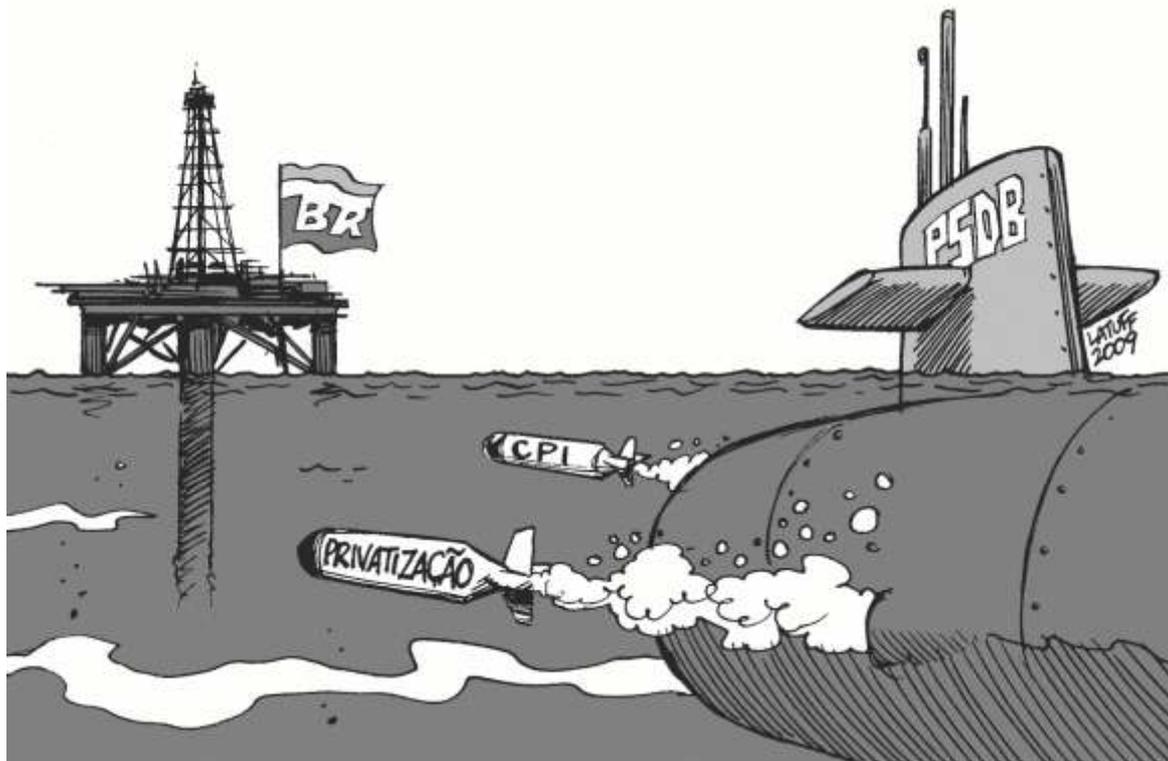
➔ **PETROBRÁS SOB ATAQUE!**

Petrobrás na mira da mídia e da direita privatista

Não se passa um dia sem que a Petrobrás não esteja em evidência na mídia. Tamanho destaque não é por causa dos recordes de produção ou ainda pelas sucessivas descobertas de novas áreas para a exploração de petróleo, muito menos pelos excelentes resultados econômicos. A companhia atravessa um período de ataques político-midiáticos que tentam desmoralizar a gestão estatal.

Essa novela não é inédita e agora está sendo reprisada pelos setores retrógrados e conservadores da sociedade. Foi assim em 2010, durante o governo Lula, e agora não seria diferente, quando as pesquisas eleitorais refletem o apoio popular ao governo Dilma. Está claro que o pano de fundo dessa campanha difamatória tem fins eleitorais e, pior, privatistas.

Os mesmos PSDB e DEM (PFL), que quando governaram o país fizeram de tudo para privatizar a Petrobrás, trazem de volta à cena política antigas denúncias sobre refinarias adquiridas pela empresa no exterior



e tornam a atacar as que estão em fase final de construção no Brasil. A novidade agora é o apoio dos autodeclarados extrema-esquerda, como é o caso do PSOL, que assinou junto com senadores da extrema-direita o pedido de abertura de CPI exclusiva da Petrobrás junto ao STF, retirando do alvo das investigações os escândalos de corrupção do metrô de São Paulo e do Porto de

Suape (PE).

Quem acompanha a indústria nacional do petróleo sabe da urgência de reestruturação do parque de refino da Petrobrás, que, durante o governo do PSDB/DEM, foi sucateado e estagnado, assim como os demais setores da empresa.

Apesar da crise econômica internacional e da metralhadora giratória da mídia partidária da oposição, a

Petrobrás descobriu uma nova fronteira petrolífera, passou a produzir no pré-sal e caminha a passos largos para se tornar uma das maiores gigantes de energia do planeta. Desmascarar os fins eleitorais da campanha midiática contra a Petrobrás é fundamental não apenas para manter a gestão estatal do Sistema Petrobrás, mas também pela continuidade da luta pela transformação

da companhia em uma empresa 100% pública e pelo retorno do monopólio estatal do petróleo.

Ato público

Os sindicatos de petroleiros junto com a CUT têm realizado manifestações em diversos estados contra os ataques da mídia e da direita contra a Petrobrás. Já aconteceram atos no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Em São Paulo um grande protesto está marcado para o dia 27/05.

Em Curitiba, o Sindipetro e a CUT Paraná realizam um ato público no dia 18 de junho, às 19h00, no Espaço Cultural e Esportivo dos Bancários (R. Piquiri, 380, Rebouças). Além de cobrar uma gestão 100% estatal e pública para a Petrobrás, com controle social e participação dos trabalhadores, o ato alertará a população para as reais intenções da mídia e dos políticos nesta campanha contra a empresa.

TST reverte decisão sobre a ação da RMNR e favorece petroleiros

Na semana passada o Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou o acórdão sobre a ação coletiva da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) que deu ganho de causa aos petroleiros da Repar. A decisão em última instância reverteu os julgamentos desfavoráveis na Vara de Araucária e no Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

O veredito segue a jurisprudência de outras ações com a mesma reivindicação. No final do ano passado o TST decidiu que os adicionais legais recebidos pelos empregados da Petrobrás em decorrência de trabalho perigoso ou desgastante, como o adicional de periculosidade, adicional noturno, adicional de sobreaviso, Hora Repouso Alimentação (HRA) entre outros, não devem ser subtraídos no cálculo do Complemento da RMNR.

A expectativa é de que as ações coletivas que abrangem outras bases representadas pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina sejam julgadas em breve.

Por outro lado, a Petrobras ingressou com embargos declaratórios para tentar levar as ações da RMNR para o Supremo Tribunal Federal (STF) antes da execução.



➔ TERCEIRIZAÇÃO

CUT exige que o Supremo Tribunal Federal não ceda à pressão dos empresários e respeite os direitos trabalhistas

Depois de perder uma batalha no Congresso Nacional e enfrentar a reação contrária de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), empresários recorrem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para liberar a terceirização da mão de obra para todas as atividades da economia brasileira. É mais uma estratégia de guerrilha dos que não poupam esforços para tirar direitos da classe trabalhadora.

O STF anunciou essa semana que vai julgar se a terceirização e a Súmula 331, que trata dessa forma de contratação de mão de obra em atividades fim (onde atualmente é proibida) e meio, pode ou não ser feita no Brasil. Ou seja, o STF vai decidir se é legal ou ilegal precarizar as condições de trabalho no País.

O tema, muito debatido no Tribunal do Trabalho, bateu às portas do Supremo por conta de um recurso da empresa Celulose Nipo Brasileira contra decisão da JT que a condenou por terceirização ilegal. Segundo o Ministério

Público do Trabalho (MPT), a companhia terceirizava funcionários de empreiteiras para o florestamento e o reflorestamento. Como essa é sua principal atividade, o ato caracteriza, argumentou o MPT, terceirização ilegal.

Ao tratar deste recurso, os ministros do Supremo reconheceram a chamada 'repercussão geral'. Isso significa que, ao julgar o caso, a corte definirá se essa modalidade de contratação é válida ou não em nosso país. Enquanto o STF não julgar, os recursos sobre esse mesmo tema ficarão pendentes de solução definitiva - não podem ser julgados -, aprofundando a precarização das relações do trabalho.

A posição do TST nós já conhecemos. A maioria dos magistrados já se posicionou contra a liberação da terceirização para todas as atividades da economia. Para os juízes do trabalho, é aceitável a normatização do tema desde que as condições de trabalho não sejam precarizadas. Para alguns deles, permitir a terceirização generalizada,



como prevê o projeto de Lei nº 4330 que está tramitando no Congresso Nacional, abriria possibilidade até mesmo empreendimentos sem trabalhadores, com todas as atividades terceirizadas, onde todos prestam serviço como pessoa jurídica.

O que podemos esperar

dos ministros do STF que durante todos os meses em que a CUT se mobilizou e fez dezenas de manifestações para impedir a aprovação do 4330, não se posicionou?

A CUT continua mobilizada contra todas as formas de precarização das relações do trabalho e

assim vai atuar perante o STF, na certeza de que o Supremo não contribua para aprofundar as desigualdades sociais e a retirada de direitos dos trabalhadores.

Por Vagner Freitas,
presidente nacional da CUT

